

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – A construção das bases normativas e institucionais do sistema de resolução das tensões entre o poder normativo central e os poderes locais no período imperial.....	25
1.1 Brasil colonial e as estruturas administrativas descentralizadas...26	
1.2 Os primórdios da Assembleia Constituinte de 1823: uma constituinte condicionada?	34
1.3 A Constituição de 1824 e seu viés (des)centralizador	41
1.4 As províncias na Constituição de 1824.....	50
1.5 A vertigem descentralizadora: repercussões do Ato Adicional de 1834.....	54
1.5.1 As competências normativas das Assembleias Provinciais de acordo com o Ato Adicional.....	69
1.6 A Lei de Interpretação.....	78
1.6.1 O caminho para se chegar à Lei nº 105/1840	80
1.6.2 O arranjo institucional centro-províncias após a Lei de Interpretação	84
Capítulo 2 – O sistema de análise de compatibilidade das leis provinciais com as normas constitucionais no Império Brasileiro	93
2.1 Processos e estruturas de controle de compatibilidade dos atos provinciais	95
2.1.1 Legitimidade para provocação da Assembleia Geral Legislativa	104

2.1.1.1	Provocação da Assembleia Geral por parte do Governo Imperial.....	104
2.1.1.2	Provocação da Assembleia Geral por parte das Assembleias Provinciais	108
2.1.2	Objetos de controle submetidos à Assembleia Geral.....	112
2.1.3	Pragmatismo e efeitos do reconhecimento da inconstitucionalidade pela Assembleia Geral	115
2.2	A atuação do Governo Imperial quanto ao controle de compatibilidade das normas provinciais	120
Capítulo 3 – A pragmática da análise de adequação constitucional de atos provinciais pela Assembleia Geral Legislativa (1835 a 1889)		135
3.1	Estrutura institucional de funcionamento da Assembleia Geral Legislativa quanto à apreciação dos atos provinciais.....	136
3.2	Efetivo funcionamento da Assembleia Geral e atividades parlamentares no período de 1835 a 1889	139
3.3	Ações de controle efetivadas pela Assembleia Geral Legislativa entre 1835 e 1889.....	144
3.4	Levantamento dos casos que chegaram ao conhecimento da Câmara dos Deputados sobre atos provinciais a partir de provocação do Poder Executivo e das próprias províncias.....	161
3.5	A dinâmica deliberativa da Assembleia Geral acerca dos atos provinciais: poder de agenda e a decisão de não decidir	169
Considerações finais.....		179
Fontes e referências		189
Apêndice – Levantamento dos casos que chegaram ao conhecimento da Câmara dos Deputados sobre atos provinciais a partir de provocação do Poder Executivo e das próprias províncias		201